



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202101001585	Distribuição: 10/03/2021
Número Único: 0001598-20.2021.8.25.9010	Competência: Turma Recursal do Estado de Sergipe
Classe: Recurso Inominado	Fase: JULGADO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: 202040600584 - Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Composição do Processo

Juiz Relator	Juiz Membro	Juiz Membro
Rosa Maria Mattos Alves de Santana	Enilde Amaral Santos	Livia Santos Ribeiro
Britto	1º Suplente de Aldo de Albuquerque	Juiz Titular
Juiz Titular	Mello	

Dados das Partes

Recorrente: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA DA ASSEMBLEIA
Complemento: 26 ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20011904
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE
Recorrido: ADELIA FERREIRA DO NASCIMENTO
Endereço: R. BAHIA
Complemento:
Bairro: SIQUEIRA CAMPOS
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49075000
Advogado(a): MAILLA FONTES OLIVEIRA PAIXÃO 12836/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--

Sentença

Processo nº: 202101001585

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE

Turma Recursal do Estado de Sergipe

Acórdão nº: 7604/2021
Juiz(a) Relator(a): Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto
Juiz(a) Membro: Aldo de Albuquerque Mello
Juiz(a) Membro: Livia Santos Ribeiro

Nº do Processo: 202101001585
Classe: Recurso Inominado
Assuntos: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Data de Distribuição: 10/03/2021
Processo Origem: 202040600584
Procedência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito

Recorrente: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
Recorrido: ADELIA FERREIRA DO NASCIMENTO
Advogado: MAILLA FONTES OLIVEIRA PAIXÃO

EMENTA

EMENTA/VOTO: RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SINISTRO OCORRIDO EM 16/07/2018. BOLETIM DE OCORRÊNCIA ACOSTADO AOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO DO SEGURO POR LESÃO PRETERITAMENTE AFETADA. LESÕES DISTINTAS, AINDA QUE NO MESMO MEMBRO,

CONSIDERA-SE DE FORMA INDEPENDENTE. DEVER DE COMPLEMENTAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Recurso conhecido porque próprio, regular, tempestivo e devidamente preparado.

2. O cerne recursal limita-se à ausência de dever de complementar o seguro DPVAT, ao argumento de que a autora já teria recebido em relação ao joelho esquerdo exatamente o valor mencionado no laudo do IML, estando os demais pontos da lide cobertos pelo manto da coisa julgada.

3. Ab initio, cumpre consignar que o não há mais discussão acerca do percentual ou ao enquadramento da invalidez da autora como permanente parcial incompleta.

4. O recorrente afirma que a autora já teria realizado pleito administrativo indenizatório em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito e já recebeu o valor devido por dano no joelho esquerdo.

5. Importa registrar que a autora logrou êxito em comprovar que o acidente relatado nos autos lhe causou invalidez permanente conforme faz prova os relatórios médicos acostados aos autos, inclusive o parecer de análise médica de fls. 88 juntado pelo recorrente.

6. De fato, o primeiro acidente ocorreu em 2014 e as lesões, ainda que no mesmo membro, são distintas. É certo, portanto, que se tratando de acidentes distintos que causaram lesões, ainda que no mesmo membro, considera-se cada uma de forma independente.

7. Isso porque, como os fatos geradores são diversos, o pagamento de indenização anterior, independentemente de seu valor, não afasta o direito à atual. Nesse sentido, na hipótese de ocorrência de dois acidentes que causaram lesões no mesmo membro, como no caso em tela, considera-se cada lesão de forma independente, ou seja, é devida a indenização por cada um dos acidentes de forma autônoma.

8. Nesse sentido, colaciono o seguinte precedente do Tribunal de Justiça deste Estado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL

INCOMPLETA – LAUDO PERICIAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO PREVISTO NO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.945/2009 – ALEGAÇÃO DE INADIMPLEMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO - PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - INSUBSISTÊNCIA - CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO GERA A PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ - RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE ANTERIOR - AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS PRESENTES AUTOS - LESÕES DISTINTAS - INDENIZAÇÕES INDEPENDENTES - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE. (Apelação Cível nº 201900803784 nº único0015419-65.2015.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Luiz Antônio Araújo Mendonça - Julgado em 09/04/2019)

9. É cristalino que o art. 46 da Lei nº 9.099/95 permite a utilização da sentença do juízo a quo como súmula do julgamento, caso aquela seja confirmada por seus próprios fundamentos. Assim, o “julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.

10. Assim, verifica-se que a sentença recorrida apreciou os fatos com exatidão e aplicou corretamente o direito, razão pela qual subscreve-se os seus fundamentos, chamando-os à colação como parte integrante deste voto, confirmando a sentença nos termos do art. 46, 2ª parte, da Lei nº 9.099/95, acima transcrito.

11. Ante o exposto, deverá o presente recurso ser CONHECIDO e DESPROVIDO, mantendo-se incólume a sentença fustigada, pelos próprios fundamentos, nos termos do artigo 46, parte final, da Lei 9.099/95.

12. Custas e honorários advocatícios pela

parte recorrente no importe de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes de Direito integrantes do presente Grupo da Turma Recursal do Estado de Sergipe, À UNANIMIDADE, em CONHECER do recurso inominado interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.

Aracaju, 31 de Julho de 2021.

Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto
Juiz(a) Relator(a)

Aldo de Albuquerque Mello
Juiz(a) Membro

Livia Santos Ribeiro
Juiz(a) Membro

V O T O

O(a) Senhor(a) Juiz(a) Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto:

EMENTA/VOTO: RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SINISTRO OCORRIDO EM 16/07/2018. BOLETIM DE OCORRÊNCIA ACOSTADO AOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO DO SEGURO POR LESÃO PRETERITAMENTE AFETADA. LESÕES DISTINTAS, AINDA QUE NO MESMO MEMBRO, CONSIDERA-SE DE FORMA INDEPENDENTE. DEVER DE COMPLEMENTAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Recurso conhecido porque próprio, regular, tempestivo e devidamente p r e p a r a d o .

2. O cerne recursal limita-se à ausência de dever de complementar o seguro DPVAT, ao argumento de que a autora já teria recebido em relação ao joelho esquerdo exatamente o valor mencionado no laudo do IML, estando os demais pontos da lide cobertos pelo manto da coisa julgada.

3. Ab initio, cumpre consignar que o não há mais discussão acerca do percentual ou ao enquadramento da invalidez da autora como permanente p a r c i a l i n c o m p l e t a .

4. O recorrente afirma que a autora já teria realizado pleito administrativo indenizatório em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito e já recebeu o valor devido por dano no joelho esquerdo.
5. Importa registrar que a autora logrou êxito em comprovar que o acidente relatado nos autos lhe causou invalidez permanente conforme faz prova os relatórios médicos acostados aos autos, inclusive o parecer de análise médica de fls. 88 juntado pelo recorrente.
6. De fato, o primeiro acidente ocorreu em 2014 e as lesões, ainda que no mesmo membro, são distintas. É certo, portanto, que se tratando de acidentes distintos que causaram lesões, ainda que no mesmo membro, considera-se cada uma de forma independente.
7. Isso porque, como os fatos geradores são diversos, o pagamento de indenização anterior, independentemente de seu valor, não afasta o direito à atual. Nesse sentido, na hipótese de ocorrência de dois acidentes que causaram lesões no mesmo membro, como no caso em tela, considera-se cada lesão de forma independente, ou seja, é devida a indenização por cada um dos acidentes de forma autônoma.
8. Nesse sentido, colaciono o seguinte precedente do Tribunal de Justiça d e s t e

E s t a d o :

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA – LAUDO PERICIAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO PREVISTO NO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.945/2009 – ALEGAÇÃO DE INADIMPLENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO - PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - INSUBSISTÊNCIA - CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO GERA A PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ - RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE ANTERIOR - AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS PRESENTES AUTOS - LESÕES DISTINTAS - INDENIZAÇÕES INDEPENDENTES - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE. (Apelação Cível nº 201900803784 nº único0015419-65.2015.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Luiz Antônio Araújo Mendonça - Julgado em 09/04/2019)

9. É cristalino que o art. 46 da Lei nº 9.099/95 permite a utilização da sentença do juízo a quo como súmula do julgamento, caso aquela seja confirmada por seus próprios fundamentos. Assim, o “julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de a c ó r d ã o ” .

10. Assim, verifica-se que a sentença recorrida apreciou os fatos com exatidão e aplicou corretamente o direito, razão pela qual subscreve-se os seus fundamentos, chamando-os à colação como parte integrante deste voto, confirmando a sentença nos termos do art. 46, 2ª parte, da Lei nº 9.099/95, a c i m a

t r a n s c r i t o .

11. Ante o exposto, deverá o presente recurso ser CONHECIDO e DESPROVIDO, mantendo-se incólume a sentença fustigada, pelos próprios fundamentos, nos termos do artigo 46, parte final, da Lei 9.099/95.

12. Custas e honorários advocatícios pela parte recorrente no importe de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

J

Aracaju, 30 de Julho de 2021.

Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto
Juiz(a) Relator(a)

V O T O

O(a) Senhor(a) Juiz(a) Aldo de Albuquerque Mello:

Acompanho o(a) relator(a) Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto em todos os termos do voto proferido.

Aracaju, 30 de Julho de 2021.

Aldo de Albuquerque Mello
Juiz(a) Membro

V O T O

O(a) Senhor(a) Juiz(a) Livia Santos Ribeiro:

Acompanho o(a) relator(a) Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto em todos os termos do voto proferido.

Aracaju, 30 de Julho de 2021.

Livia Santos Ribeiro
Juiz(a) Membro

Processo nº 202101001585